

Willian Marcos Silva*

Universidade Estadual de Campinas
Campinas, São Paulo, Brasil

Wanderson da Silva Chaves**

Universidade Federal de Juiz de Fora
Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil



A voz da raça e classe na Constituinte: reivindicações do Movimento Negro Unificado à Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988) no *Jornal do MNU*

Recebido em: 31 maio 2024 **Aprovado em:** 18 nov. 2024 **Publicado em:** 06 out. 2025

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.2025.819>

* Mestrando em História pela Universidade Estadual de Campinas, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Graduado em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: w171545@dac.unicamp.br

 <http://lattes.cnpq.br/4379236438485897>  <http://orcid.org/0009-0002-8083-5691>

** Pesquisador em Estágio de Pós-doutorado na Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo; Mestre e graduado em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. E-mail: wanderson_schaves@yahoo.com.br

 <http://lattes.cnpq.br/1639190884496112>  <http://orcid.org/0000-0001-9849-6750>

Resumo

Essa pesquisa tem como objetivo investigar a visão editorial e o trabalho noticioso do *Jornal do MNU* (1981-2002) sobre a Assembleia Nacional Constituinte (1986-1988), compreendida como um momento de intensa mobilização social e de disputas políticas em torno da redefinição institucional do país. A análise busca compreender de que forma o periódico, um dos principais veículos de comunicação do Movimento Negro Unificado (MNU), contribuiu para pautar demandas específicas da população negra, como a criminalização do racismo, a luta contra a violência policial, a defesa da reforma agrária com reconhecimento das comunidades quilombolas, o combate às desigualdades raciais no mercado de trabalho e a valorização da história e da cultura afro-brasileira. Pretende-se examinar, portanto, a atuação do jornal como espaço de agitação política, formação ideológica e mobilização social, enfatizando o papel desempenhado pelas frações do movimento negro no processo constituinte e na inserção das questões raciais no debate público e no texto constitucional.

Palavras-chave: Jornal do MNU. Assembleia Nacional Constituinte. Movimento Negro. Antirracismo.

Willian Marcos Silva*

State University of Campinas
Campinas, São Paulo, Brazil

Wanderson da Silva Chaves**

Federal University of Juiz de Fora
Juiz de Fora, Minas Gerais, Brazil



The voice of race and class in the Constitution: demands of the Unified Black Movement to the Brazilian Constitutional National Assembly (1987-1988) in the newspaper Jornal do MNU

Received: 31st May 2024

Approved: 18th Nov. 2024

Published: 06th Oct. 2025

DOI: <https://doi.org/10.29327/2148384.2025.819>

* Master's student in History at the State University of Campinas, with a scholarship from the Brazilian Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). Graduated in History from the University of São Paulo. Email: w171545@dac.unicamp.br

 <http://lattes.cnpq.br/3297278885331709>

 <https://orcid.org/0000-0001-9770-516X>

** Postdoctoral Researcher at the Federal University of Juiz de Fora. PhD in Social History from the University of São Paulo; MA and BA in Social Sciences from the University of Brasília. Email: wanderson_schaves@yahoo.com.br

 <http://lattes.cnpq.br/1639190884496112>

 <https://orcid.org/0000-0001-9849-6750>

Abstract

This research aims to investigate the editorial vision and news coverage of the "Jornal do MNU" (1981–2002) regarding the Brazilian National Constituent Assembly (1986–1988), understood as a moment of intense social mobilization and political disputes surrounding the country's institutional redefinition. The analysis seeks to understand how the newspaper, one of the main communication vehicles of the Unified Black Movement (MNU), contributed to shaping specific demands of the Black population, such as the criminalization of racism, the struggle against police violence, the defense of agrarian reform with recognition of quilombola communities, the fight against racial inequalities in the labor market, and the valorization of Afro-Brazilian history and culture. The study intends to examine the newspaper's role as a space for political agitation, ideological formation, and social mobilization, emphasizing the participation of different sectors of the Black movement in the constituent process and their contribution to the inclusion of racial issues in public debate and in the constitutional text.

Keywords: *Jornal do MNU. Brazilian National Constituent Assembly. Black Movement. Antiracism.*

No dia 7 de julho de 1978, foi fundado, nas escadarias do teatro municipal de São Paulo, o Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial, conhecido posteriormente somente como Movimento Negro Unificado (MNU). O MNU teria surgido inspirado nas lutas por direitos civis nos EUA, no marxismo negro do Partido dos Panteras Negras,¹ nas lutas anticoloniais de cunho socialista em África e na forte influência da orientação política trotskista no Brasil.² Diferente de outras experiências de mobilização negra da década de 1970, tais como o Grupo Palmares no Rio Grande do Sul (1971), o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan) em São Paulo (1972), o Núcleo Afro-Brasileiro em Salvador (1976), a Sociedade de Intercâmbio Brasil-África (Sinba-1974) e o Instituto de Pesquisas das Culturas Negras (IPCN-1975) no Rio de Janeiro, o Grupo de Trabalho André Rebouças em Niterói, o Centro de Estudos Brasil-África (Ceba-1975) em São Gonçalo e o Núcleo Negro Socialista, o MNU aglutinou um número maior de militantes, constituindo-se nacionalmente com seções em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, Bahia, Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Paraná, Maranhão e Pernambuco (Domingues, 2007).

Todavia, apesar dessa diferença de magnitude – além de diferenças de foco e estratégia –, o MNU não representava um rompimento das lutas antirracistas anteriores de movimentos negros brasileiros do século XX, que

Empregamos nesta pesquisa a base de dados “negritos”, acervo digital fruto de um projeto de conservação da memória da imprensa negra baiana e recifense (1981-2002). Nesta base estão resguardados, além do *Jornal do MNU*, publicações como as revistas e boletins *Angola*, *Negritude*, *Negração*, *Djumbay* e *Omnira*. Materiais disponíveis em: <http://negritos.com.br/>

- 1 É aberto o debate sobre que vertente política ou marxista predominava na orientação do Partido dos Panteras Negras. Para Hamilton Cardoso, um dos fundadores do MNU, era leninista a orientação prevalecente (Brauns, 2020).
- 2 Fundadores do MNU como Hamilton Cardoso, Milton Barbosa e Neusa Pereira eram trotskistas e integravam a tendência partidária Convergência Socialista, de onde vieram a criar o Núcleo Negro Socialista. Estes mesmos membros do MNU eram os responsáveis pela editoria de “Afro Latino-América”, coluna do *Jornal Versus*, publicação ligada à Convergência Socialista (Brauns, 2020).

se estenderam, visando o fim do racismo, desde uma aposta na integração do negro na sociedade de classes até a reivindicação de superação do capitalismo (*Idem*). Portanto, o protesto negro posto pelo MNU tinha seu significado vinculado à mixagem e continuidade dessas experiências prévias.³

Segundo a historiografia especializada (Alberto, 2017; Domingues, 2007; Garrido, 2017; Hanchard, 2001; Kössling, 2007; Pereira, 2013), o Movimento Negro Unificado abriu diversas frentes de trabalho na luta contra o racismo e na defesa de direitos da população negra no Brasil. Partindo de um recorte de classe e raça e encampando discussões relacionadas à sexualidade, o MNU pautou e buscou correlacionar a relevância das seguintes temáticas: a) a desconstrução do “mito da democracia racial”; b) o debate sobre sexualidade, enfatizando temas vinculados a condição da mulher negra; c) a violência policial; d) discussões sobre expressões da cultura negra e aspectos característicos da negritude; e) solidariedade com países africanos, a denúncia do imperialismo e o combate ao regime de segregação racial da África do Sul; f) o ensino de História da África e da história dos afrodescendentes no Brasil; g) o racismo institucionalizado no mercado de trabalho; temáticas, no seu conjunto, enfeixadas com h) críticas à ditadura militar.

Essas pautas do MNU foram se consolidando durante a chamada “redemocratização” do país, e em conjunto com outros tantos movimentos sociais, o MNU levou suas demandas relativas à população negra brasileira para a luta institucional, desenvolvida entre 1985 e 1988, durante o “momento constituinte” (Versiani, 2014).

3 Lélia González, importante articuladora nacional na fundação do MNU, nestes termos, frisou em análises de época (González; Hasenbalg, 1982; González, 2020, p. 113) que embora reverente ao legado de certas organizações já extintas, como a Frente Negra Brasileira (FNB) dos anos 1930 e o Teatro Experimental do Negro (TEN) dos anos 1940-1960, o MNU pretendia se estabelecer como uma novidade, historicamente comparando. O MNU, segundo ela, articulava de forma nova raça e classe ao buscar se livrar dos imperativos políticos que condicionavam moralmente, nestas organizações prévias, os temas da assimilação e integração negras ao mundo branco.

4 Vide: <https://conversadehistoriadoras.com/tag/movimentonegro/>, para informações sobre membros fundadores do MNU-BA.

Uma parte importante dessa consolidação de pautas – e de inserção no debate público, deu-se através do *Jornal do MNU*, estruturado inauguralmente em 1981, a partir do “centro de luta” do movimento na região da Bahia.⁴ Inicialmente com o nome de *Nêgo*, entre 1981 e 1986, a publicação operou de maneira contínua até 2002.⁵ Segundo um de seus quadros mais importantes, Jônatas Conceição,⁶ o jornal chegou em certos momentos a circular em todo o Brasil e, internacionalmente, chegava a vários países das Américas do Sul e do Norte, à Europa e à África (Conceição, 1989, p. 2). Para a historiadora Florentina Souza, até seu fim definitivo, o *Jornal do MNU* teve três fases distintas e características: a de estabelecimento (1981-1986); a do “momento constituinte” (1987-1988); e a fase final (1989-2002) (Souza, 2006, p. 203-204).

Ainda como *Nêgo*, foram lançadas 11 edições do jornal, contando com tiragens de até 3 mil exemplares por edição.⁷ Era, então, produzido como um jornal regional, responsabilidade da setorial do MNU da Bahia. Essa primeira fase do *Jornal do MNU* abrangeu contribuições de militantes do movimento negro e simpatizantes, versando sobre assuntos relacionados à população negra na Bahia, com matérias relativas à história e expressões culturais baianas, à situação da mulher negra, ao mercado de trabalho e a denúncias de racismo e de violência policial. Nestes e em outros temas relacionados à questão racial, a linguagem era direta, no intuito de atingir diversos segmentos sociais do público leitor.

5 O surgimento do *Jornal do MNU* era parte de um renascimento da imprensa negra ocorrido nos anos 1970-80, que ressurgia com publicações como a *Árvore das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), *O Jornegro* (1978), *O Saci* (1978), *Abertura* (1978) e *Vissungo* (1979), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano (SP); *Nagô* (1975), em São Carlos (SP), *SINBA* (1977), *Africus* (1982) e *Nzinga* (1984), no Rio de Janeiro; *Pixaím* (1979), em São José dos Campos (SP); *Quilombo* (1980), em Piracicaba (SP); *Nêgo* (1981), em Salvador; e, *Tiçã* (1977) e *Ébano* (1980), no Rio Grande do Sul (Domingues, 2007, p. 100-122).

6 Membro fundador da seção baiana do MNU e editor do *Jornal do MNU*.

7 Segundo informações da base de dados *Negritos* (Disponível em: <http://negritos.com.br/2019/01/14/nego/>. Acesso em: mar. 2024).

A partir da edição de maio de 1987, o periódico começou a ser apresentado como *Negô – Jornal Nacional do Movimento Negro Unificado*. O corpo editorial passou a ser composto e a responder à seção nacional do MNU. Contudo, a redação da publicação e o serviço de distribuição permaneceram na Bahia (*Idem*). Os textos, neste novo momento, transitaram para um caráter mais denso. Uma atenção especial foi conferida à política institucional, sobretudo, com a cobertura das discussões sobre a eleição de constituintes negros e negras e com relação às pautas do movimento negro a serem propostas à Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Essa segunda fase do jornal também se notabilizou pelos artigos de debate sobre a “práxis negra”, dentro de uma perspectiva classista, teoria e práticas para nortear as ações da militância no enfrentamento ao racismo. Com mudanças na editoração e trabalho gráfico, e para responder à meta de ampliação da influência no debate da nova Constituição, maior número de exemplares foi impresso, chegando, entre 1987-1988, a 5 mil por edição. Promulgado o novo texto constitucional, o jornal abandona, a partir de 1989, seu nome *Nêgo*, passando a se denominar somente *Jornal do Movimento Negro Unificado*.⁸

A Assembleia Nacional Constituinte canalizou boa parte da “polifonia” de vozes e das forças do “dissenso” emergentes no estertor da ditadura, articuladas na transição para o Estado de Direito. Essa convergência e a mediação legislativa que a contornou ajudaram a demarcar muito dos futuros limites e possibilidades legais de participação popular e de disputa institucional do Estado brasileiro (Neves, 2017). O “momento constituinte”, assinalado pela historiadora Maria Helena Versiani (2014) como um período de ampla mobilização da sociedade brasileira na discussão do novo texto constitucional, foi marcado pela participação de diversos movimentos sociais e de lobbies políticos. Entre eles, os movimentos de populações indígenas, de mulheres, por moradia e pelo acesso à terra, e por setores politicamente

8 Nessa terceira e última fase, a publicação manteve constância quanto ao destaque de certos temas, como a violência policial, debates sobre o “embranquecimento” das organizações da esquerda institucional, a memória e cultura da população negra e a denúncia do racismo dentro de uma abordagem de classe e raça.

ativos da Igreja Católica, Forças Armadas, representantes do capital financeiro, partidos políticos dos mais diversos matizes ideológicos e, claro, pelo movimento negro. O cientista político Eder Sader (1998) disse que estes movimentos sociais eram “os novos personagens entrando em cena”, ao surgirem em meio à dinâmica final de transformação política da ditadura na chamada “transição”.

O sociólogo Lucas Brandão (2012) cartografou a pauta das disputas, colocadas por essa mobilização popular envolvendo a ANC. De um lado, estavam estes novos movimentos sociais de natureza progressista e os partidos de esquerda. O objetivo destes dois segmentos políticos era uma constituinte com participação soberana e popular amplas, de maneira a garantir políticas públicas de combate às desigualdades, bem como para sustentar o enfrentamento de problemas estruturais como o racismo, a dependência econômica internacional, saúde e educação públicas, a reforma agrária, a participação política das classes populares, a superação do autoritarismo e a construção de valores democráticos. Do outro lado dessa disputa pela ANC estavam grupos conservadores, vinculados à defesa do processo de “distensão” lenta, gradual e segura. Estes herdeiros e aliados da ditadura, neste processo de “transição”, demandavam o controle das mudanças do regime, de forma a não serem ameaçados os projetos político-econômicos construídos desde 1964, obstruindo aquilo o que, porventura, pudesse ser caracterizado como “revanchismo”; por exemplo, a responsabilização por crimes de Estado perpetrados contra opositores da ditadura (Brandão, 2012).

Segundo o historiador Marcos Napolitano (2002), o embate dessas forças resultou no estabelecimento de uma “hegemonia liberal”, consagrando, digamos, soluções de “centro” na forma como os valores democráticos eram institucionalizados no pós-ditadura. Os resultados desapontaram quem batalhou por uma democratização mais profunda através do texto constitucional. Muito embora, argumenta Lucas Brandão (2012), a mobilização popular voltada à ANC tenha produzido sua própria fortuna política, independente da Constituição de 1988, um legado de acúmulo em termos organizativos, de mobilização e de agenda pública. A socióloga Flávia

Rios salienta essa mesma verificação, por exemplo, ao mencionar como setores do movimento negro brasileiro impulsionaram seus veículos de comunicação. De forma descentralizada, eram atingidas demandas da luta antirracista e ao mesmo tempo afirmava-se um processo de aglutinação com a perspectiva de ação de outros movimentos sociais; ocorrera, assim, a formação de uma frente (2014, p. 141).

Em diálogo com a literatura especializada (Alberto, 2017; Domingues, 2007; Garrido, 2017; Hanchard, 2001; Kössling, 2007; Santos, 2015; Souza, 2006; Pereira, 2013; Rios, 2014), e amparado no mapeamento completo da pauta constitucional do Movimento Negro Unificado, feita pelo seu *Jornal do MNU*, identificamos como as demandas surgiram e vincularam-se com a práxis do movimento, nesse momento de disputas intensas, dirigidas à reivindicação de direitos civis e sociais.

Entre 1986 e 1988 o *Jornal do MNU* publicou seis números, todos eles bastante dominados pelo tema da constituinte, presente na linha editorial e no trabalho dos colunistas em pelo menos 35 textos e artigos. Estes textos apresentavam múltiplas propostas de comunicação: artigos orientados à agitação e propaganda do movimento, textos mais alentados, de caráter e debate ideológico, e textos mistos, entrelaçando essas duas perspectivas; aspectos característicos que Florentina Souza atribuía às várias finalidades da comunicação que o *Jornal do MNU* pretendia ter com o seu público negro – de agregação, formação e mobilização:

Os escritores do Jornal do MNU propõem uma análise da questão racial para além das perspectivas institucionalizadas, escrevendo a partir do ponto de vista de afro-brasileiros que são, elaboram um projeto político de inserção dos afro-descendentes no universo de cidadãos brasileiros e forjam um pensamento modelado e organizado em torno das discussões e problemas concretos enfrentados, tais como a exclusão, a violência, a discriminação, a fixação de uma imagem inferiorizada e a recusa de uma discussão das relações raciais no país, problemas encontrados tanto no cotidiano quanto no interior dos partidos e de suas tendências. Parece existir

por parte dos escritores e editores do Jornal do MNU um interesse na formação política-ideológica do leitor, um embasamento para discussão e debates (Souza, 2006, p. 252).

Por tais características, distingue-se bem nessa política editorial dois singulares blocos temáticos, que chamaremos de “agitação para o processo da constituinte” e de “luta por reconhecimento e transformação estrutural”. Essa distinção aponta para como o Movimento Negro Unificado, via *Jornal do MNU*, abordou sua práxis no “momento constituinte”, em uma tentativa de amálgama entre as tradições de luta antirracista experimentadas nas décadas anteriores, sobre a busca por integração do negro na sociedade de classes,⁹ e a tradição marxista trazida por parte dos militantes fundadores do MNU.¹⁰

Agitação para o processo da constituinte

Neste bloco de textos, publicados entre 1986 e 1988, foram privilegiadas duas pautas fundamentais – a criação de políticas públicas para a população negra¹¹ e a participação dessa população na

9 Veja-se Medeiros; Brasil Jr. (2021), para tanto, o lugar dessa agenda registrada em *A integração do Negro na Sociedade de Classes* (1964), de Florestan Fernandes, obra que consolidou o debate e aspirações de sua época neste rema e que ainda lança contínua influência no tempo presente.

10 O “afro-marxismo” do MNU vinha sendo notado, em especial (Kössling, 2007, p. 167), pelo uso leninista da noção de “vanguarda revolucionária”, a que o movimento articulava sua declarada meta de avançar a “libertação” das “massas negras”. Ao monitoramento policial da ditadura a organização soava “subversiva” quando recorria a expressões como “consciência”, “mobilização de classes”, “libertação”, “proletário”, “a exploração do homem pelo homem”, “posição alienada”, “burguesia nacional” e “imperialismo”.

11 Vide os seguintes textos editoriais, sem autor: MNU-BA. O Negro no Mercado de Trabalho. *Jornal do MNU*, 10ª ed., 1986; MNU-BA. Reforma Agrária para os trabalhadores. *Jornal do MNU*, 11ª ed., 1986; MNU. Opinião [texto sobre a questão da agrária no Brasil e a nova Constituição Federal de 1988]. *Jornal do MNU*, 15ª ed., 1988.

constituente,¹² enfatizando-se o imperativo do envolvimento popular e a proposição de políticas e medidas legais à ANC, tema de artigo da edição de maio de 1986, “Parlamento pra valer só com negro no poder”, que indicava essa demanda em um alerta e crítica dirigidos à Paulo Brossard, membro do governo José Sarney (1985-1990):

O Ministro da Justiça, Sr. Paulo Brossard, em recente entrevista disse que o Brasil já possui leis em demasia. O que é necessário, segundo ele, é fazer cumpri-las. Mas será que estas leis dizem respeito aos interesses de nós negros, brancos e mestiços pobres? Esta questão deve ser amplamente discutida por todos, principalmente neste ano em que serão eleitos deputados para formar a Assembleia Nacional Constituinte (*Jornal do MNU*, 10ª ed., 1986. p. 2).

Para o MNU, esse envolvimento direto no processo da constituinte deveria focar na promoção da reforma agrária e nas desigualdades raciais do mercado de trabalho, questões, para o movimento, de evidente intersecção entre as pautas de classe e raça.

12 Veja-se estes artigos de referência: MNU. Parlamento pra valer só com negro no poder! *Jornal do MNU*, 10ª ed., 1986; MNU-BA. Fala Criolo – Eleições de 1986: entrevista com Luiza Bairos e Luiz Alberto. *Jornal do MNU*, 11ª ed., 1986; MNU. Convenção Nacional do Negro pela Constituinte. *Jornal do MNU*, 12ª ed., 1987; MNU. A Primeira Negra Deputada do Brasil: Benedita da Silva. *Jornal do MNU*, 13ª ed., 1986.

Figura 1 – Charge do cartunista Pestana sobre as propostas de reforma agrária na ANC



Fonte: Pestana. *Jornal do MNU*, 11ª ed., 1986.

Como destacava o artigo de outubro de 1986, “Terra para os trabalhadores”, o 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), sancionado por José Sarney em 10 de outubro de 1985, além de não alterar as condições de posse e distribuição de terras, vinha aprofundar – apontava a charge de Pestana – o êxodo de trabalhadores rurais para zonas urbanas. Em face à situação de domínio da pauta pela atuação do *lobby* de instituições patronais e de proprietários rurais – como bem o atestava a influência da União Democrática Ruralista (UDR) (Oliveira, 2007, p. 127-130), o MNU levantava tarefas de organização, bem como um esforço de aliança entre trabalhadores da cidade e do campo, visando a disputa pelo novo texto constitucional:

Para os trabalhadores, uma coisa ficou clara: a Reforma Agrária não vem de presente, mas como resultado da luta e da organização dos interessados. Até aqui, os trabalhadores rurais têm lutado quase sozinhos, sem muito apoio dos partidos políticos e principalmente da classe trabalhadora das cidades, que ainda não aderiu a esta luta. Afinal de contas, a Reforma Agrária, como foi dito, interessa aos trabalhadores urbanos, pois o problema urbano está ligado intimamente ao problema rural e só pode ser resolvido se as classes menos favorecidas passem a ter uma participação maior dos benefícios da política governamental (MNU-BA. Reforma Agrária para os trabalhadores. *Jornal do MNU*, 11ª ed., 1986, p. 3).

Como levantava o longo artigo de página inteira de maio de 1986, “O Negro no Mercado de Trabalho”, a outra grande questão das tarefas de mobilização para a ANC era a das desigualdades raciais no mundo do trabalho:

Não quero ser pessimista, mas se algo de urgente não for feito, e a Constituinte está aí para tal, negros que somos, continuaremos diante de quadro [...] onde observamos que quanto maior a faixa salarial menor é a participação dos segmentos negros. Somos 60% dos que recebem até meio salário mínimo e pouco de 10% dos que ganham mais de dez salários mínimos, e afinal por tudo e em todas as atividades fomos nós que com suor e luta construímos este país chamado BRASIL (O Negro no Mercado de Trabalho. *Jornal do MNU*, 10ª ed., maio 1986, p. 3).

O *Jornal do MNU* – com base no tratamento de dados estatísticos do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 1980 – demonstrava haver abissal disparidade salarial entre brancos e negros e apontava nessa discrepância a evidência de uma divisão racial do mundo do trabalho (e, por suposto, da formação e reprodução própria do capital). Na grade de estratificação social – conforme posição editorial do jornal (*Idem*),

um acontecimento de longa duração na história brasileira – o lugar do negro seria remanescente ao da escravidão e as motivações para essa persistência, no pós-abolição, seriam racistas.

Assim, enquanto o MNU propunha uma reforma agrária que destacasse a demarcação de quilombos, no que diz respeito ao acesso a terras rurais, na questão da renda e do acesso ao trabalho especialmente no mundo urbano, o movimento colocava a demanda por medidas punitivas e políticas públicas antidiscriminatórias. O posicionamento era de luta contra a “marginalização”; claramente, portanto, pelo imperativo da integração social da população negra, dentro de marcos legais de direitos civis e sociais.

Luta por reconhecimento e transformação estrutural

Afora o perfil de campanha dos textos de mobilização e agitação, havia o foco em artigos formativos e ideológicos, transversais à discussão da ANC, que também eram temas da atuação política do MNU, entre os quais, com maior evidência, estavam: a) o ensino obrigatório de História da África e dos afrodescendentes nas escolas públicas; b) a demarcação de terras das populações remanescentes de quilombo e a reforma agrária; c) discussões sobre a condição da mulher negra no Brasil; e d) a criminalização do racismo e o combate ao racismo institucional nas relações de trabalho.

Como sublinhado por Florentina Souza (2006, p. 242-243),

(a)lém do esforço de conscientizar os leitores da necessidade de reconfigurar a auto-imagem e redefinir o papel do negro na história de construção do Brasil, o periódico também aborda aspectos socio-econômicos da vida cotidiana dos afro-descendentes na sociedade brasileira. Procede à denúncia de atos de racismo e discriminação racial, incentivando e acompanhando as medidas jurídicas adotadas pelas vítimas, encampa as reivindicações pela reforma agrária, faz-se porta-voz das aspirações da mulher negra contra os preconceitos e

discriminações de que é vítima, denunciando ainda a exclusão de homens e mulheres afro-descendentes do mercado de trabalho e dos benefícios sociais do cidadão, como educação, saúde, etc.

Ainda segundo Florentina Souza (2006, p. 221), entrelaçava o tratamento editorial desses temas a expectativa de articulá-los a uma leitura marxista da relação entre classe e raça e ao rompimento com perspectivas sociológicas e historiográficas, acostumadas a atribuir à população negra brasileira uma condição "anômica" ou submissa, estéril; portanto, sem papel criativo, de agente ou com tradição de ação política.¹³ Esse tipo de avaliação era plenamente relevante nas análises acadêmicas até praticamente os anos 1980, especialmente, quando remetiam à escravização e às suas pressupostas heranças na vida social e no comportamento político contemporâneo das pessoas negras.¹⁴

O interesse do MNU na construção de um discurso político-pedagógico para a organização ganhou um de seus mais importantes assentamentos no esforço em pautar o ensino obrigatório de História da África e dos afrodescendentes no ensino básico. O tratamento do tema era polissêmico, sendo abordado em textos de maior fôlego analítico, em poemas e até em histórias em quadrinhos, arregimentando neste trabalho integrantes do Movimento Negro Unificado, apoiadores externos e especialistas acadêmicos

13 Florentina Souza assinala uma característica dos quadros desse movimento negro, assim como das principais referências, americanas ou africanas, consideradas relevantes: eram formadas, integrantes ou egressas de partidos de esquerda; portanto, familiarizadas com orientações marxistas, ao mesmo tempo em que mantinham, com esse universo de origem nas esquerdas, uma relação de tensão e desencanto, particularmente, tendo em conta reducionismos economicistas e de classe praticados no tratamento da questão racial.

14 No centenário da Abolição (1988), os estudos sobre escravidão e seu lugar na formação do Brasil viviam uma guinada. Revisava-se e questionavam-se as premissas de trabalho que vinham sob a influência da "Escola Sociológica Paulista"; em particular, a de Florestan Fernandes. Crescia, assim, a notoriedade de certos temas: a resistência escrava, a criação de quilombos, a formação da família e da vida comunitária negra, o rastreamento de pessoas e organizações negras apagadas, nos mais diferentes âmbitos sociais ou ramos de atividade, conforme cita o panorama bibliográfico, ligeiramente contemporâneo a essa virada historiográfica, feito pelos historiadores João José Reis e Flávio Gomes (1996, Introdução).

como o educador Marco Aurélio Luiz (1985) e o historiador João José Reis (1987).¹⁵ A pedagoga e uma das fundadoras do MNU na Bahia, Ana Célia Silva (1987),¹⁶ era uma das responsáveis por definir o sentido da atuação da organização nesse tema. Ela propunha as metas e valores da campanha, integrada pelo MNU e entidades representantes da área de educação, que reivindicou a adoção do componente curricular “história da África” na rede estadual ao governo de José Durval Carneiro (1983-1987) e monitorou os primeiros procedimentos de implantação dessa medida. Defendia-se, como medida antirracista, a revisão e criação de novos materiais didáticos consoantes a uma formação profissional adequada, para proteção da infância negra e, auspiciosamente, descentrar a educação formal do brasileiro de sua perspectiva “branca” e anti-diversidade (Célia, 1988).

Demarcação de terras das populações remanescentes de quilombo e reforma agrária

A posição do *Jornal do MNU* sobre reforma agrária e a demarcação de terras das populações remanescentes de quilombo representava a posição oficial do MNU e, nos artigos temáticos, reconhece-se uma oscilação de ânimo e de avaliação entre o início e o fim do “momento constituinte”. Na edição de outubro de 1986, a esperança na construção de uma reforma agrária através da ANC era evidente; em particular, porque se esperava que houvesse uma movimentação política sob liderança popular (MNU-BA. A luta do negro pela terra em Rio das Contas. *Jornal do MNU*, 11ª ed., out. 1986). Já na edição de

15 Reis, então professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), havia recentemente publicado (1986) seu hoje clássico *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835)*.

16 Ana Célia Silva é professora adjunta aposentada da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Seus trabalhos são leitura de referência no debate sobre racismo na educação, particularmente em se tratando da presença de estereótipos racistas sobre a população negra em livros didáticos.

novembro de 1988, são expostas reticências tanto em relação ao texto constitucional quanto à sua consolidação. Sobretudo, destacava-se que a dinâmica de distribuição social da terra no Brasil mantinha-se inalterada, com impactos na piora da condição das classes trabalhadoras:

Hoje, passados 100 anos da falsa abolição, foi promulgada uma nova Constituição onde o direito do trabalhador rural à terra continua restrito. Latifundiários, em grande parte herdeiros de 'senhores de escravos, e políticos corruptos fizeram aprovar uma Constituição que aprofunda a brutal exploração de milhões de trabalhadores do campo. Diante disto, e considerando as eleições no Brasil, devemos, mais uma vez, pensar sobre o significado do voto. Enquanto não criarmos a consciência de somente votarmos em candidatos saídos da luta do povo e com ela comprometidos; estaremos correndo o risco de ver frustradas nossas aspirações, mais do que isto, é preciso fortalecer a luta do negro e de todo povo brasileiro, pela construção de uma sociedade livre da opressão (MNU: Opinião. *Jornal do MNU*, 15ª ed., nov. 1988, p. 2).

A posição do *Jornal do MNU* a respeito das populações quilombolas tomava um caráter duplo de denúncia e formação. O intuito era compreender e revelar a luta dos “remanescentes de quilombos”, assinalando os esforços dessas comunidades na reivindicação da posse e demarcação de suas terras – assegurada formalmente como pleito legítimo ao final da ANC, mas, anticlímax, não garantida, plenamente, como direito.

Embora desde os anos 1930 a população quilombola viesse sendo estudada por diversas gerações de intelectuais e vertentes de estudos (Reis; Gomes, 1996), o que se sugeria no “Breves Notícias dos Quilombos em Goiás”, do ativista do MNU-GO e historiador Martiniano Silva (1987), edição de outubro de 1987, era a expansão da investigação de seus remanescentes para regiões menos documentadas, como o centro-oeste do país. Martiniano Silva inspirava-se na noção de “quilombagem” de Clóvis Moura (Garcia, 2013) – indicação de que registrava as diversas modalidades de agregação negras

como expressão da formação identitária e da organização de uma luta classista – e, nisto, citava seu livro de 1974, *Sombras dos Quilombos*, um levantamento de quilombos de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso não catalogados oficialmente.

Condição da mulher negra no Brasil

O *Jornal do MNU*, neste tópico, abordava a violência de gênero, perpetrada contra a mulher negra, a situação da mulher negra nos pós-abolição e a participação política da mulher negra no Brasil,¹⁷ em artigos de autoria de membras do grupo de mulheres do MNU; caracteristicamente, relacionando discussões de gênero interseccionadas à temática racial e de classe, conforme era exemplar declaração da deputada constituinte Benedita da Silva (PT) em entrevista concedida em outubro de 1987:

O movimento feminista é um movimento da classe média branca, já teve algumas conquistas ao nível do direito da mulher que não atingiram a mulher negra e pobre. Haverá sempre esta defasagem enquanto não se discutir esta questão com problemática de raça, classe e sexo. No caso do aborto as mulheres de classe média já resolveram os seus problemas – podem fazer nas clínicas mais sofisticadas. Só não resolveram a questão da criminalidade que continua sendo crime. Então aí estamos juntas. Mas mesmo legalizando o aborto não vai ser a mesma condição, porque a mulher classe média branca vai continuar fazendo nas clínicas mais sofisticadas e a mulher negra pobre vai ter o atendimento mais péssimo do mundo. Sempre foi assim dentro deste sistema capitalista (MNU. A Primeira Negra Deputada do Brasil: Benedita da Silva. *Jornal do MNU*. 13ª ed., 1987, p. 12).

17 Grupo de mulheres MNU-BA. A mulher negra da África do Sul. *Jornal do MNU*, 9ª ed., 1985; Anticoncepcionalidade e Esterilização = Racismo. *Jornal do MNU*, 10ª ed., 1986; SANTOS; Valdecir dos; et al. A Mulher Negra após os 99 anos da Abolição. *Jornal do MNU*, 12ª ed., 1987; MNU. A Primeira Negra Deputada do Brasil: Benedita da Silva. *Jornal do MNU*, 13ª ed., 1987.

Na denúncia de abusos e limitações – em políticas encobertas de esterilização e eugenia através do Estado, e na superexploração de uma força de trabalho negra generificada e sexualizada no trabalho doméstico e demais restritas ocupações profissionais disponíveis –, colocava-se a notável conclusão do grupo de mulheres do MNU: embora o fim da escravidão, no Brasil, tenha resultado em algumas melhoras nas liberdades interpessoais e de ação, foi justamente no mercado de trabalho em que as mudanças menos se fizeram sentir. Como trabalhadora, a mulher negra ainda estaria mais próxima da condição de uma escravizada, quando se comparava sua condição em outras dimensões da vida, que haviam sido, desde a Abolição, avaliava-se, ligeiramente transformadas.

Pela criminalização do racismo, contra o racismo institucional nas relações de trabalho no Brasil

O combate ao “racismo institucional” e a demanda pela criminalização do racismo, em várias das suas manifestações, estava entre os temas mais recorrentes do *Jornal do MNU*, atravessando pautas relativas à Assembleia Constituinte, discussões sobre o combate internacional ao *apartheid* na África do Sul, a desmistificação da “ideologia da democracia racial” no Brasil, o racismo no mercado de trabalho, o “racismo recreativo”, a denúncia da violência policial e as reflexões sobre o centenário da abolição da escravidão (Paiva, 1986; Coeli, 1987; Conceição, 1987).¹⁸ Para além de um caráter de denúncia, os textos – sob a responsabilidade dos núcleos de luta do MNU, tentavam apresentar, de maneira pedagógica, quais seriam as expressões do racismo nas suas diferentes facetas. Na construção desses nexos entre

18 Vide, ainda: MNU-BA. O negro e o Mercado de Trabalho. *Jornal do MNU*, 10ª ed., 1986; MNU-Goiás. Basta de Racismo. *Jornal do MNU*, 14ª ed., 1988.

análise, denúncia e ação, foram relevantes Regina Coeli e Albérico Paiva,¹⁹ ambos, pesquisadores e participantes do movimento negro nas décadas de 1980 e 1990.

Regina Coeli, em particular no artigo "Piada ou Racismo?", levantava a importância, ao apontar a existência do problema racista, em se indicar a formação da frente que deveria enfrentá-lo:

Por negro entendemos os pretos e pardos do IBGE. Na verdade, o desempenho, estatisticamente comprovado, desses dois grupos é bastante semelhante. Apenas este elemento já nos leva a refletir sobre a natureza das nossas relações raciais, uma vez que uma circunstância altamente valorizada a nível ideológico, o embranquecimento, resulta em muito poucas vantagens materiais. Combinado a ideologia do embranquecimento com o mito da democracia racial o sistema ideológico dominante faz com que muitos negros sequer se reconheçam enquanto tal e que a todo momento seja negada a existência do racismo e da discriminação racial. [...] Sabemos, no entanto, que os negros acham-se na base da pirâmide social apresentando alarmantes índices de desempenho sócio-econômico: obtém baixa remuneração no mercado de trabalho e figuram, com destaque, nos dados que comprovam o fracasso do sistema escolar, por exemplo. No Brasil modernizado e inserido no sistema capitalista mundial persiste o preconceito e a discriminação capazes de gerar desigualdade só explicadas se levado em consideração o dado racial (Coeli, 1987, p. 10).

Esses debates realizados no *Jornal do MNU* estavam em consonância com uma tentativa de transformação social que passasse pela reinterpretação da ideologia do racismo na sociedade brasileira, na qual, inclusive, pesava

19 Regina Coeli foi uma das fundadoras do Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro, em 1983. Albérico Paiva foi um dos fundadores do Grupo Nêgo em 1978, organização precursora do MNU na Bahia.

uma importante perspectiva comparada. Em período auge da coalização internacional de combate ao Estado da África do Sul, o *apartheid* era tomado pelo que representava para negros de toda parte, e também no Brasil, um conjunto de medidas repressivas, de controle policial e de ação colonial (Alberto, 2017, p. 395), conforme definia, por exemplo, Lélia Gonzalez, membra fundadora do MNU, em pronunciamento em 1987, na Assembleia Nacional Constituinte:

nos unimos àqueles constituintes, àqueles efetivamente representantes do povo brasileiro, que se unem a nós, que são sensíveis às nossas propostas, às nossas denúncias, às nossas reivindicações, porque, repito, não é com a mulher negra na prostituição; não é com o homem negro sendo preso todos os dias por uma polícia que o considera, antes de mais nada, um suspeito; não é com a discriminação no mercado de trabalho; não é com a apresentação distorcida e insignificante da imagem do negro nos meios de comunicação; não é com teorias e práticas pedagógicas que esquecem, que omitem a história da África e das populações negras e indígenas no nosso país; não é com isso que se vai construir uma nação. Construir-se-á, isso sim, uma África do Sul muito bem-estruturada, mais bem-estruturada do que a própria África do Sul, porque, sem assumir legalmente o *apartheid* através de um discurso teatral da democracia racial, ela mantém um tipo de *apartheid*. Isto nós negros deste país, que lutamos, nós cidadãos deste país, pela nossa cidadania neste país, nós negros, mulheres, trabalhadores, não vamos permitir isso e por isso estamos aqui. Se quiserem estruturar uma África do Sul, que o façam, mas não pensem em construir conosco uma nação, esse projeto de nação não é o nosso (*Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, 1987, p. 122).

O MNU procurou inserir essa perspectiva entre as pautas de rediscussão da vida pública brasileira, durante o “momento constituinte”, apresentando o

movimento negro como agente de pautas específicas, para gravar na história o papel do sujeito político negro nas mudanças institucionais.

Conclusões

O “momento constituinte” foi um período de importância na abertura de um determinado horizonte de mudanças no âmbito institucional. Nele, novos atores sociais conquistaram espaço, inserindo-se nos debates, trazendo novas pautas. O Movimento Negro Unificado procurou mobilizar o debate público, no decorrer da ANC, usando, entre outros recursos, o *Jornal do MNU*, dialogando com o leitor negro na formação de uma perspectiva de leitura das questões raciais no Brasil, e mobilizando esse público para disputas no âmbito institucional. O MNU mirou em direitos de cidadania historicamente negados à população negra, mas afirmava, ao mesmo tempo, ter certa ciência dos limites dessas conquistas em uma sociedade capitalista, segundo a organização, também intrinsecamente racista.

Referências

ALBERTO, Paulina L. *Termos de Inclusão: Intelectuais Negros Brasileiros no Século XX*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2017.

BRANDÃO, Lucas Coelho. *Os movimentos sociais e a Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988: entre a política institucional e a participação popular*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRAUNS, Ennio; SANTOS, Gevanilda; ADÃO, José. *Movimento Negro Unificado: a*

resistência nas ruas. São Paulo: Sesc, 2020.

CÉLIA, Ana. Quem tem Medo da História da África? *Jornal do MNU*, 12ª ed., 1987.

CÉLIA, Ana. Introdução aos Estudos Africanos: Primeiros Passos. *Jornal do MNU*, 14ª ed., 1988.

COELI, Regina. Piada ou Racismo? *Jornal do MNU*, 13ª ed., 1987.

CONCEIÇÃO, Fernando. Polícia, a Violência é mais em cima. *Jornal do MNU*, 13ª ed., 1987.

CONCEIÇÃO, Jônatas. Nêgo, mais um fato na imprensa negra brasileira. *Jornal do MNU*, 16ª ed., 1989.

DIÁRIO da Assembleia Nacional Constituinte: Suplemento ao n.62. 7ª Reunião da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas deficientes e Minorias, 20 de maio de 1987. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/sup62anc20mai1987.pdf#page=1201987>. Acesso em: 31 maio 2024.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

GARCIA, Allysson Fernandes. Notas sobre a história da escravidão em Goiás. *Revista Mosaico*, v. 6, n. 1, 2013.

GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. *Nas constituições dos discursos sobre afro-brasileiros: uma análise histórica da ação de militantes negros e dos documentos oficiais voltados a promoção do negro brasileiro (1978 a 2010)*. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de São Paulo, Assis (SP), 2017.

GONZÁLEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Org. de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

HANCHARD, Michael. *Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001.

- KÖSSLING, Karin Sant'Anna. *As lutas anti-racistas de afro-descendentes sob vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- LUIZ, Marco Aurélio. A importância da religião negra no processo da descolonização. *Jornal do MNU*, 9ª ed., 1985.
- NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e poder no Brasil contemporâneo (1977-1984)*. Curitiba: Juruá, 2002.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.
- PAESE NEVES, Ozias. *Imaginários e utopias na passagem entre ditadura e redemocratização: o Momento Constituinte em Cartilhas (1985-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.
- PAIVA, Albérico. Como usar os negros de toda a maneira. *Jornal do MNU*, 11ª ed., 1986.
- PEREIRA, Amílcar Araujo. *Mundo Negro Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013.
- REIS, João José. O Negro e a Independência da Bahia. *Jornal do MNU*, 12ª ed., 1987.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RIOS, Flavia Mateus. *Elite política negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e Estado*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Natália Neris da Silva. *A voz e a palavra do movimento negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): um estudo das demandas por direitos*. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

SILVA, Mário Augusto Medeiros da; BRASIL JUNIOR., Antônio. Prefácio: Racismo e limites à democracia em A integração do negro na sociedade classes. In: FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade classes*. São Paulo: Contracorrente, 2021.

SILVA, Martiniano. Dos Quilombos em Goiás. *Jornal do MNU*, 13ª ed., out. 1987.

SOUZA, Florentina da Silva. *Afro-descendência em Cadernos Negros e Jornal do MNU*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VERSIANI, Maria Helena. *Correio Político os Brasileiros Escrevem a Democracia 1985-1988*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.